

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2024
PROCESSO TC-CP/0595/2024

PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2024	Data de Abertura: 02/09/2024, às 08:30 (horário de Brasília), no sítio < https://www.gov.br/compras/pt-br/ >
-------------------------------------	--

Objeto			
Contratação de Seguro facultativo para o prédio e os veículos da frota do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.			
Valor estimado			
Estima-se o valor total de R\$ 50.592,86 (cinquenta mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos) , sendo que os valores de cada grupo/item estão demonstrados na Tabela do Item 1.3. deste documento			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Não	Sim	Termo de Contrato	Por Grupo
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos: <ul style="list-style-type: none">- SICAF ou documentos equivalentes;- Habilitação Jurídica;- Habilitação econômico-financeira;- Habilitação Fiscal e Trabalhista.		Requisitos Específicos: <ul style="list-style-type: none">- Atestado de Capacidade Técnica que comprove a aptidão da empresa para o fornecimento do objeto a ser licitado	

*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?
Não	Não	Não
Prazo para envio da proposta/documentação		
<ul style="list-style-type: none">- Documentos de Habilitação Complementares: Em até 02 (duas) horas da solicitação do pregoeiro.- Planilha de Proposta de preço Atualizada: Em até 02 (duas) horas da solicitação do pregoeiro.		
Pedidos de Esclarecimentos/Impugnações		
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame para o endereço licitacao@tce.ms.gov.br		
Observações Gerais		
<ul style="list-style-type: none">- A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e FECHADO.- Os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 0,01.		

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2024
PROCESSO TC-CP/0595/2024

Torna-se público que o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (TCE/MS), sediado na Av. Desembargador José Nunes da Cunha, Bloco 29 - Parque dos Poderes - Jardim Veraneio - Campo Grande/MS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO**, regida pelas disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da IN. SEGES/ME n. 73/2022, Decreto Federal n. 8.538/2015 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de Seguro Facultativo para o prédio e os veículos da frota do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O valor total estimado da presente licitação é **R\$ 50.592,86 (cinquenta mil, quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos)**, subdivididos em 02 (dois) Grupos, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse conforme o item 1.3. deste Edital.

1.3. Os objetos a serem ofertados pelas licitantes devem observar as seguintes características e especificações:

Grupo 01: SEGURO VEICULAR						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	TIPO DE SEGURO	QTD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CHEVROLET NOVA S10 CAB DUPLA LT 2.8 CTDI4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL, CHASSI: 9BG148FK0LC442408	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$ 6.126,80	R\$ 6.126,80
2	FORD NOVA RANGER CAB DUPLA FX43.2 20V 4X4 AUT. -	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº	01	R\$ 3.893,22	R\$ 3.893,22

	5 PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: 8AFAR23S6PJ287313		0531 20 3407870			
3	FORD TRANSIT FURGAO L3H3 LONGO 2.0 TURBO - 3PASS,2022/2023, DIESEL, CHASSI:WF0DTTVD8PU005663	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$ 3.582,77	R\$ 3.582,77
4	JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2FLEX AUT. - 5PASS,2020/2020, CHASSI:98867515WLKK06699	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$ 4.002,87	R\$ 4.002,87
5	TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT.2.8 TURBO 4X4 - 5 PASS, DIESEL, 2024/2024, CHASSI: 8AJBA3FS9R0364087	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº0531 20 3654843	01	R\$ 5.516,93	R\$ 5.516,93
6	RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L0RJ395224	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3673198	01	R\$ 3.893,22	R\$ 3.893,22
7	RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L9RJ395223	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3673198	01	R\$ 3.893,22	R\$ 3.893,22
Valor Total do Grupo 01					R\$ 30.909,03	

Grupo 02: SEGURO PREDIAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	TIPO DE SEGURO	QTD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Seguro para o prédio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE - MS. 1) Área Total do terreno = 12.500 m²; 2) Área Total do prédio = 5.244 m²; 3) 4 pavimentos	13943	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 118 20 4021069	01	R\$ 19.683,83	R\$ 19.683,83
Valor Total do Grupo 02					R\$ 19.683,83	

1.4. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por grupo**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações dos objetos.

1.5. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo

Federal (SIASG/COMPRASNET), prevalecerá sempre a constante do presente instrumento convocatório.

1.6. Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bens de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.7. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem

desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Quanto a indicação de que se trata de certame exclusivo para ME e EPP, em razão da natureza do objeto, tendo em vista que as seguradoras devem estar atreladas às regras da SUSEP e o art. 24 do Decreto Federal nº 73/1966 dispõe que apenas as Sociedades Anônimas ou as Cooperativas devidamente autorizadas podem operar seguros, ao qual ME e EPP não fazem parte, ademais, subsiste na Lei 123/2006 a regra do inciso VIII do §4º do art. 3º, não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar

2.6. Não poderá disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de

15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6.11. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País.

2.6.12. As empresas impedidas de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade.

2.6.13. As empresas declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

2.7. A licitante que participar através da matriz da empresa deverá apresentar a documentação desta; havendo a participação da filial, seus documentos é que deverão ser apresentados, salvo quando os documentos emitidos em nome da matriz forem extensíveis às filiais.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos

de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta eletrônica, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.2.1. Não se aplica

4.1.3. Fabricante;

4.1.3.1. Não se aplica

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9. Na hipótese de a empresa licitante encontrar-se sediada no Estado de Mato Grosso do Sul, a proposta de preço deverá ser apresentada sem o valor do ICMS, conforme estabelecido no Decreto Estadual n. 11.403, de 19 de setembro de 2003, se aplicável ao objeto da contratação.

4.9.1. Na hipótese do subitem 4.9, o documento fiscal (Nota Fiscal) deve ser emitido na forma estabelecida pelo art. 2º do Decreto Estadual n. 11.403, de 19 de setembro de 2003.

4.10. Quando houver **Grupos** com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do grupo devem ser cotados.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme definido neste Edital e seus Anexos.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um) centavo.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**aberto e fechado**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado adotado.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o

que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço

máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. **O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo descrito no Anexo III, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

5.18.4.1. A empresa deverá declarar em sua proposta, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pelo Processo nº TC-CP/0595/2024, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente e que está ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010.

5.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no

item 2.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º)

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.4 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao

objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.11. Na hipótese de não aceitação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e assim, sucessivamente, até a obtenção de proposta que seja aceitável.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por preferencialmente, de maneira digital e com chave para verificação de sua autenticidade. Também poderão ser apresentados documentos digitais sem chave de verificação, documentos digitalizados ou documentos originais em cópia simples.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido

feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF (ex: atestados de capacidade técnica) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo MÁXIMO de 02 (duas) horas, prorrogável por

igual período a critério da Administração, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a adjudicação e homologação do certame, autorizada a contratação pela autoridade máxima do órgão, será firmado o Termo de Contrato, conforme Anexo II.

8.1.1. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação via e-mail, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez)

minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo estarão com vista franqueada aos interessados, bastando prévia solicitação através do e-mail: licitacao@tce.ms.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se aplicável;
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra, em desacordo com as especificações do edital;
- 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 10.1.5. fraudar a licitação.
- 10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para

licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima **para impugnar** este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, bem como **solicitar esclarecimentos** ou **providências**, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no e-mail da gerência de licitação: licitacao@tce.ms.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os arts. 41 e 42, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do TCE/MS (<https://www.tce.ms.gov.br/transparencia/licitacoes>).

12.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO I "A" - Estudo Técnico Preliminar;
- b) ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;
- c) ANEXO III - Modelo de Planilha de Proposta de Preço.

Campo Grande, 14 de agosto de 2024.

EBER LIMA RIBEIRO
Chefe da Gerência de Licitações e Contratos

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO TC-CP/0595/2024

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a contratação de seguro facultativo para o prédio e os veículos da frota do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul.

Grupo 01: SEGURO VEICULAR

ITEM	CATMAT/CATSER	TIPO DE SEGURO	Franquia máxima da cobertura compreensiva R\$
1. CHEVROLET NOVA S10CAB DUPLA LT 2.8 CTDI4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL, CHASSI: 9BG148FK0LC442408	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	R\$ 6.126,80
2. FORD NOVA RANGER CAB DUPLA FX43.2 20V 4X4 AUT. - 5 PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: 8AFAR23S6PJ287313	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	R\$ 3.893,22
3. FORD TRANSIT FURGAO L3H3 LONGO 2.0 TURBO - 3PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: WF0DTTV D8PU005663	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	R\$ 3.582,77
4. JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2FLEX AUT. - 5PASS, 2020/2020, CHASSI: 98867515WLKK06699	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	R\$ 4.002,87
5. TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT.2.8 TURBO 4X4 - 5 PASS, DIESEL, 2024/2024, CHASSI: 8AJBA3FS9R0364087	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº0531 20 3654843	R\$ 5.516,93
6. RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L0RJ395224	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3673198	R\$ 3.893,22

1.4.1. Os serviços objeto da presente contratação são classificados como continuados, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, por serem destinados ao atendimento de necessidade permanente e contínua do TCE/MS.

1.5. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.6. O valor referencial foi definido por meio de consulta do site BANCO DE PREÇOS (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar.

1.7 Do reajuste.

1.7.1. GRUPO 1 - Somente poderá ser solicitado o reajuste após transcorrido 12 meses da contratação tendo como regra para referência de cálculo a TABELA FIPE de cada veículo referente ao mês da solicitação.

1.7.2. GRUPO 2 - Somente poderá ser solicitado o reajuste após transcorrido 12 meses da contratação tendo como regra para referência de cálculo IPCA.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A contratação de seguro facultativo para a frota de veículos do TCE/MS objetiva o compartilhamento de risco financeiro e patrimonial decorrente de eventos que possam ocorrer com os veículos (sinistros, acidentes) e que resultem em danos parciais ou totais a esses próprios veículos ou a veículos ou bens de terceiros, ou, ainda, em danos a pessoas.

2.3. Os objetos da contratação estão previstos no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 925396-90077/2023 – **SEGURO PREDIAL**
- II) Data de publicação no PNCP: 07/08/2023

- III) Id do item no PCA: 130/2023
- IV) ID PCA no PNCP: 925396-90076/2023 – **SEGURO VEICULAR**
- V) Data de publicação no PNCP: 07/08/2023
- VI) Id do item no PCA: 129/2023

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no tópico **6** e seus subitens do Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Além dos eventos principais indicados acima, o seguro deverá incluir, também:

a) **PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, SEM PAGAMENTO DE FRANQUIA**, a todos os veículos segurados, disponível no território nacional, que deverá compreender, no mínimo:

a.1) a prestação de socorro, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica, bem como na ocorrência qualquer outro eventual sinistro;

a.1.1) o reboque ou transporte do veículo segurado deverá ser prestado de forma gratuita pela seguradora, independente da distância a ser percorrida (sem limite de km), dentro do Estado de Mato Grosso do Sul;

a.2) o transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto, até o TCE/MS;

a.3) o serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;

a.4) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra

na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

b) Serviço de proteção a vidros, lanternas, retrovisores e faróis, com pagamento de franquia, atendendo às condições indicadas na cláusula 6 abaixo.

3.3. O valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva de cada veículo deverá ser do tipo REDUZIDA (50% do valor da franquia básica).

3.3.1. A proposta de preços deverá indicar o tipo de franquia (reduzida) e os valores individuais da franquia de cada veículo.

3.3.2. O valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva por veículo não poderá ser superior ao valor indicado no subitem 1.1. deste TR, sob pena de desclassificação da proposta de preços.

3.4. Caso haja indicação na proposta de valor da franquia de seguro para a cobertura compreensiva superior ao limite do indicado no subitem 1.1., a empresa proponente será convocada para ajuste do valor e, caso não haja a adequação ao limite, sua proposta será recusada.

3.5. Nos casos das coberturas de APP e RCFV (responsabilidade civil facultativa de veículo) não haverá franquia.

3.6. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, vidros traseiros, vidros laterais, retrovisores, faróis e lanternas não deverão exceder aos limites máximos indicados na descrição da proposta da empresa vencedora, para cada item, não sendo cumulativas com a franquia de que trata a cláusula 1.1. acima.

3.6.1. Na ausência de informação referente aos valores das franquias (de para-brisas frontais, vidros traseiros, vidros laterais, retrovisores, faróis e lanternas) na descrição da proposta encaminhada pela empresa será considerado o valor R\$ 0,00 (zero).

3.6.2. As franquias de que trata a cláusula 3.6 serão aplicadas de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra

simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

3.6.3. Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, não será admitido à seguradora cobrar franquia para esses serviços.

3.7. Aplicam-se ao seguro a ser contratado as seguintes condições gerais:

- a) Considera-se perda total quando o valor estimado para reparação for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor da importância segurada do veículo;
- b) A modalidade de seguro a ser contratada é a de valor de mercado, tendo como referência a Tabela FIPE (a indenização será de 100% do valor da tabela FIPE relativa à região de taxação do risco e do mês em que for paga a indenização, para casos de indenização integral);
- c) O seguro não inclui acessórios dos veículos, tais como: cds players, etc;
- d) A condutora / o condutor é indeterminada (o), sendo qualquer servidora / servidor, prestadora / prestador de serviços (terceirizada (o)) ou colaboradora / colaborador do Tribunal, legalmente habilitada (o);
- e) As condições do seguro aplicam-se única e exclusivamente a sinistros ocorridos no território nacional.

3.8. O seguro será prestado na modalidade de adesão, devendo a empresa entregar o Termo, Contrato de Adesão ou Apólice ao TCE/MS acompanhado das Condições Gerais do seguro onde constarão as regras e regulamentos do seguro, não podendo contrariar o disposto no Termo de Referência.

3.9. Reserva-se à seguradora contratada ou às interessadas / aos interessados em participar da licitação o direito de proceder à inspeção e vistoria dos veículos que serão segurados e a averiguação das circunstâncias que aos mesmos se refiram.

3.10. O SEGURO PREDIAL DEVERÁ COBRIR, AO MENOS, OS SEGUINTE EVENTOS:

3.10.1. LOCAL SEGURADO: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE – MS

3.10.2. COBERTURAS:

- a) INCENDIO, EXPLOÇÃO, FUMAÇA E QUEDA DE ARVORE – R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)
- b) DANOS ELETRICOS – R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- c) RESPONSABILIDADE CIVIL – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
- d) QUEBRA DE VIDROS – R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
- e) VENDAVAL, CICLONE, FURACÃO, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO – R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
- f) EQUIPAMENTOS ELETRICOS SEM COBERTURA DE SUBTRAÇÃO – R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- g) ROUBO E FURTO – R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)

3.10.3. O seguro será prestado na modalidade de adesão, devendo a empresa entregar o Termo, Contrato de Adesão ou Apólice ao TCE/MS acompanhado das Condições Gerais do seguro onde constarão as regras e regulamentos do seguro, não podendo contrariar o disposto no Termo de Referência.

3.10.4. Reserva-se à seguradora contratada ou às interessadas / aos interessados em participar da licitação o direito de proceder à inspeção e vistoria do prédio que será segurado e a averiguação das circunstâncias que aos mesmos se refiram.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1 Quanto aos critérios de sustentabilidade, para esta contratação foi previsto o seguinte:

4.1.2. Critério ambiental:

a) as apólices de seguro deverão ser emitidas, preferencialmente, em meio eletrônico, dispensando, dessa forma, a impressão em papel.

4.1.3. A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

4.2. Indicação de Marca ou Modelo

4.2.1. Não se aplica

4.3. Da Vedação de Contratações de marca/produto

4.3.1. Não se aplica.

4.4. Da Exigência de Amostra

4.4.1. Não será exigida amostra.

4.5. Da Exigência de Carta de Solidariedade

4.5.1. Não se aplica.

4.6. Da Subcontratação

4.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7. Da Garantia da contratação

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.8 Vistoria Prévia

4.8.1. A empresa licitante poderá realizar a avaliação prévia das instalações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

4.8.2. O agendamento da vistoria técnica deverá ser feito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data do pregão eletrônico, junto ao TCE/MS, na Gerência de Engenharia Patrimônio e Serviços, por meio de endereço eletrônico: geps@tce.ms.gov.br, no horário das 07h às 13h, de segunda a sexta-feira.

4.8.3. A empresa licitante que desejar realizar a vistoria técnica, deverá realizá-la até 02 (dois) dias úteis antes da abertura da sessão de disputa, de segunda a sexta-feira, das 07 às 13 horas, com o servidor(a) indicado pelo setor de Gerência de Engenharia Patrimônio e Serviços no momento do agendamento.

4.8.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.5. Será emitido Atestado de Vistoria pela Gerência de Engenharia Patrimônio e Serviços, aos licitantes que fizerem a vistoria “in loco” nas dependências desta Corte de Contas.

4.8.6. A participação nesta licitação configura concordância tácita da empresa de que todas as dúvidas sobre a realização dos serviços foram esclarecidas, não

podendo a empresa contratada alegar que não obteve as informações na época ou que desconhecia a estrutura do prédio que será coberto pelo seguro.

4.8.7. A empresa que não realizar a vistoria deverá apresentar, no momento da habilitação, declaração de que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, responsabilizando-se por quaisquer ônus.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.1.1. O prazo de emissão da apólice é de 2 (**dois**) dias contados a partir da data de publicação da assinatura do contrato no Diário Oficial Eletrônico, devendo a cobertura dos objetos da Licitação ser de imediato a assinatura do contrato.

5.1.2. O envio das apólices deverá ser encaminhado no endereço eletrônico: geps@tce.ms.gov.br.

5.2. DO SINISTRO

5.2.1. Em caso de sinistro o Tribunal de Contas providenciará os documentos necessários para apresentação à seguradora, tais como: Boletim de Ocorrência - BO ou Boletim de Registro de Acidente de Trânsito - BRAT, Aviso de Sinistro, etc., comunicando a ocorrência à seguradora, bem como colocará à disposição da seguradora o bem sinistrado para a realização de vistoria e/ou perícia.

5.2.2. No caso de reparo de danos, por se tratar de obrigação contratual, o Tribunal fará o pagamento da franquia à seguradora.

5.2.3. Para o pagamento da franquia, a seguradora deverá encaminhar ao TCE/MS documento para pagamento da mesma, observando possíveis retenções previstas na Instrução Normativa nº 1234/SRF e alterações posteriores.

5.2.3.1 A seguradora deve providenciar para que a franquia seja cobrada do TCE/MS, não sendo admitida qualquer cobrança por parte da oficina que efetuou o reparo.

5.2.3.2. A franquia deverá ser cobrada do TCE/MS após a realização do reparo e entrega do veículo.

5.2.3.3. Possível cobrança de franquia pela oficina será comunicada, por e-mail, ao representante da seguradora para a regularização no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.2.4. Tratando-se de roubo ou furto total do veículo segurado, decorridos 30 (trinta) dias do aviso às autoridades policiais e não tendo sido o mesmo apreendido nem localizado oficialmente, mediante comprovação hábil, a Seguradora deverá indenizar pelo valor de 100% constante na tabela FIPE.

5.2.5. O pagamento de indenização somente será devido após o pagamento do prêmio de seguro, sendo a indenização paga no máximo até o valor das importâncias seguradas.

5.2.6. O prazo máximo para pagamento da indenização é de 30 (trinta) dias, contados a partir do cumprimento das exigências do segurado (TCE/MS).

5.3. VISTORIA DE VEÍCULOS

- a. Em havendo vistoria, o laudo deverá ser emitido em 2 (duas) vias uma das quais será entregue ao Tribunal juntamente com o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.
- b. A vistoria prevista acima, em hipótese nenhuma, poderá servir de pretexto para a majoração de preços apresentados na licitação, sendo aceito apenas a recusa motivada do veículo em função do estado de conservação.
- c. Entregue o laudo da vistoria e o documento de pagamento do prêmio, o seguro, para todos os efeitos, já estará em vigência (observado o disposto na cláusula correspondente do Termo de Referência).
- d. Caso a seguradora não tenha interesse de realizar vistoria deverá comunicar tal fato ao Tribunal e encaminhar o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.

- e. O encaminhamento do documento para pagamento do prêmio de seguro configurará o desinteresse da seguradora em realizar a vistoria, independente de comunicação nesse sentido.

5.4 VISTORIA DO PREDIO

- a. A avaliação prévia do imóvel de propriedade do Estado sob a responsabilidade do TCE/MS é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do seguro a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 horas às 13: 00 horas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema,

reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais

condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega das apólices, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- g) conformidade com a IN RFB nº 2145/2023

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de Pagamento

7.3.1. O pagamento, decorrente das apólices, objeto da contratação, será efetuado após o recebimento dos bens, da nota fiscal/fatura emitida pela Contratada, acompanhada das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com

o FGTS e a entrega das certidões negativas de débitos para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas..

7.3.2. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário até 7 (sete) dias úteis do recebimento definitivo do bem e da documentação citada no item anterior, devendo a CONTRATADA informar o Banco, Agência e o número da conta corrente em nome da empresa que deverá ser efetuado o crédito.

7.3.3. Eventuais atrasos na apresentação de nota fiscal e demais documentos de regularidade da empresa implicam em prorrogação do prazo para pagamento.

7.3.4. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.3.4.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

8.1.2. A contratação do seguro segue as normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

8.1.3. Em conformidade com a Decisão 400/1995 do Tribunal de Contas da União (TCU) a contratação será efetivada diretamente com empresa seguradora, não sendo permitida a apresentação de proposta por corretora de seguros.

8.1.4. Quanto a indicação de que se trata de certame exclusivo para ME e EPP, em razão da natureza do objeto, tendo em vista que as seguradoras devem estar atreladas às regras da SUSEP e o art. 24 do Decreto Federal nº 73/1966 dispõe que apenas as Sociedades Anônimas ou as Cooperativas devidamente autorizadas podem operar seguros, ao qual ME e EPP não fazem parte, ademais, subsiste na Lei 123/2006 a regra do inciso VIII do §4º do art. 3º, não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica: “VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;”

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) Habilitação Jurídica:

a.1) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

a.2) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.3) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada

à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

a.4) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.5) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

a.6) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

a.7) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

a.8) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) Habilitação fiscal, social e trabalhista

b.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b.2) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

b.3) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

b.4) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com 19 efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

b.5) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

b.6) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

b.7) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federais, Estaduais e/ou Municipais, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

b.8) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

c) Qualificação Econômico-financeira

c.1) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

c.2) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c.3) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

I) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

II) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

III) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

IV) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

c.4) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

c.5) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

d) Qualificação Técnica

d.1) A Licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação mediante apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

d.1.1) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentadas pelas licitantes, desde que os mesmos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

d.1.2) A comprovação acima citada se dará mediante a apresentação de Declaração/atestado de capacidade técnica em papel timbrado contendo: Nome e endereço do emissor; assinatura e telefone de contato do Responsável da empresa emissora.

d.1.3) As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

d.1.4.) Caso o atestado apresentado seja expedido por pessoa jurídica de direito privado, este deverá conter o nome, o endereço e telefone da entidade atestadora, bem como a assinatura do responsável legal (empresário, sócio, dirigente ou procurador), comprovadamente habilitado.

d.1.4.1) Nos casos da aplicação do percentual no quantitativo resultar em dizima, será considerado o menor valor inteiro.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 50.592,86** (cinquenta mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos), subdividida em itens conforme apostos na tabela do item 1.1. deste Termo de Referência.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária	3101
Funcional Programática	10.03101.01.032.0002.2011.0001
Fonte de recursos	1500
Natureza de Despesa	3.3.9.0.39.82
Descrição da Despesa	Seguro de Bens Móveis
Natureza de Despesa	3.3.9.0.39.86
Descrição da Despesa	Seguro de Bens Imóveis

11. SEGREGAÇÃO DAS FUNÇÕES NA ELABORAÇÃO

11.1. Em razão das especificidades do objeto, fez-se necessário estabelecer as funções de cada membro da equipe de planejamento na elaboração do presente Termo de Referência.

11.2. Assim, toda a parte técnica correspondente ao objeto, cenários, soluções, pesquisa de preço e todas as informações que se correlacionam com a parte técnica foram desempenhadas exclusivamente pelos seguintes membros da equipe de planejamento: **Diogo Brasil Prado Martins, Fábio Augustus de Arruda Tavares e Cilei de Souza Vital** membros pertencentes à Gerência de Engenharia, Patrimônio e Serviços.

11.3. A revisão do documento quanto à existência dos itens obrigatórios, ao que diz respeito ao modo de contratação e escolha da modalidade, bem como a padronização do documento foram desempenhadas pelo seguinte membro da equipe de planejamento: **Marina Wirtti Sanches**, membro pertencente à Secretaria de Administração e Finanças.

12. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. A unidade responsável pelo presente Termo de Referência é a Gerência de Engenharia, Patrimônio e Serviços.

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://df.tce.ms.gov.br/docflow/digitalSignChecker.jsf> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: DNSX-T1Q2-5QYO-CNFM



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/07/2024 é(são) :

- CILEI DE SOUZA VITAL - 29/07/2024 13:04:30 (Certificado Digital)
- DIOGO BRASIL PRADO MARTINS - 29/07/2024 13:02:37 (Certificado Digital)
- FABIO AUGUSTUS DE ARRUDA TAVARES - 29/07/2024 13:06:13 (Certificado Digital)
- MARINA WIRTTI SANCHES - 30/07/2024 09:04:51 (Certificado Digital)

Processo Administrativo nº TC-CP/0595/2024

Data	Versão	Descrição	Autor
21/05/2024	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Equipe de Planejamento
27/05/2024	2.0	Correções e ajustes	Equipe de Planejamento
20/06/2024	3.0	Correções e ajustes	Equipe de Planejamento

desta Corte de Contas.

2.2 Dentro dos campos de atuação, encontra-se a fiscalização de obras, serviços de engenharia e meio-ambiente, a qual é realizada nos 79 (setenta e nove) municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo 45 (quarenta e cinco) localizados na faixa de fronteira com o Paraguai e Bolívia, zona de maior periculosidade.

2.3 Os eventos oficiais (palestras/cursos), as obras de engenharia a serem auditadas e as atividades de gestão de meio-ambiente são localizadas, geralmente, em comunidades/povoados distantes e em áreas rurais, cuja estrutura geológica é formada por uma planície aluvial sujeita a inundações periódicas (planície do Pantanal), por ladeiras íngremes e morrarias (Oeste do Estado), dificultando o acesso aos locais, além dos deslocamentos por diversas cidades e centros urbanos, além de pousos e pernoites fora da sede deste TCE/MS.

2.4 Razões pelas quais, a contratação de seguro facultativo para a frota de veículos do TCE/MS objetiva o compartilhamento de risco financeiro e patrimonial decorrente de eventos que possam ocorrer com os veículos (sinistros, acidentes) e que resultem em danos parciais ou totais a esses próprios veículos ou a veículos ou bens de terceiros, ou, ainda, em danos a pessoas.

2.5. Atualmente a frota do Tribunal de Contas é composta por 07 (**sete**) veículos para a realização de todos os trabalhos desenvolvidos por este TCE/MS.

2.6. À parte disso, a contratação da cobertura securitária objetiva a preservação do patrimônio público (veículos), em face dos riscos cobertos.

2.7. Outrossim, faz-se também na presente contratação tendo por objeto contratação de seguro predial, contrato de natureza aleatória, cujos equilíbrios entre as obrigações assumidas estão sujeitados a alea (sorte) entre as partes, a depender ou não da ocorrência de sinistros, é imprescindível para adequada prestação de serviços públicos deste Tribunal de Contas, além de ser a alternativa economicamente mais viável

2.8. A contratação do seguro contra riscos de incêndio do patrimônio mobiliário e imobiliário é obrigatória, por meio do Decreto-Lei nº 73, de 21/11/66, Art. 20, regulamentado pelo Decreto nº 60.459, de 13/03/67, reficado pelo Decreto nº 61.589, de 07/12/67, e tem por objetivo assegurar e resguardar a integridade física dos bens imóveis e móveis do edifício sede TCE/MS, preservando-os contra os

risco de eventuais sinistros, causados por incêndio, raios e explosões de qualquer natureza.

2.9. necessidade de prevenir o edifício sede TCE/MS, contra possíveis sinistros, resguarda todo patrimônio, bem como o contrato vigente relativo aos serviços em comento expirarão em:

a. LOCAL SEGURADO: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS
PODERES – CAMPO GRANDE – MS – Apólice nº 118 20 4021069 –
vigência 04/06/2023 até as 24h do dia 04/06/2024

2.10. Com o objetivo de assegurar todo o edifício sede do TCE/MS, levando em consideração características como garantia, praticidade, prevenção, flexibilidade, escalabilidade e custo benefício, entre outros motivos, é de suma importância a contratação de uma empresa especializada em realizar serviços de seguro predial, possibilitando a aplicação dos recursos sem perder valor por conta de danos e evitar riscos no edifício.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deverá ser realizada junto a empresa seguradora, por força da Decisão 400/1995 do Tribunal de contas da União (TCU), não sendo permitida a apresentação de proposta através de corretora de seguros.

3.2. As condições da apólice de seguro deverão atender ao disposto no Termo de Referência que der origem à contratação, bem como às normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

3.2.1. A garantia se dará pela emissão das Apólices dos respectivos bens.

3.2.2. O Prazo de entrega das apólices é de 2 (dois) dias contados do envio do empenho.

3.2.3. Em havendo vistoria, o laudo deverá ser emitido em 2 (duas) vias uma das quais será entregue ao Tribunal juntamente com o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.

3.2.4. A vistoria prevista acima, em hipótese nenhuma, poderá servir de pretexto para a majoração de preços apresentados na licitação, sendo aceito apenas a recusa motivada do veículo em função do estado de conservação.

3.2.5. Entregue o laudo da vistoria e o documento de pagamento do prêmio, o seguro, para todos os efeitos, já estará em vigência (observado o disposto na cláusula correspondente do Termo de Referência).

3.2.6. Caso a seguradora não tenha interesse de realizar vistoria deverá comunicar tal fato ao Tribunal e encaminhar o documento para pagamento do prêmio no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho.

3.2.7. O encaminhamento do documento para pagamento do prêmio de seguro configurará o desinteresse da seguradora em realizar a vistoria, independente de comunicação nesse sentido.

3.3. Sustentabilidade

3.2.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, no que couber, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República.

3.2.2. A CONTRATADA deverá assegurar a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental específicos, inclusive:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferências para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção de bens;
- f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços;

- h) adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- i) administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- j) conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- k) disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- l) orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários;
- m) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- n) orientar seus empregados para a destinação dos resíduos recicláveis descartados aos devidos coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da TCE/MS.

3.2.3. A licitante deverá apresentar **Declaração de Sustentabilidade Ambiental**, conforme modelo previsto no Edital de licitação, a ser apresentado na fase de aceitação da proposta.

3.2.3.1. A exigência visa atender aos dispositivos normativos, acima enumerados, bem como demais normativos acerca dos critérios de sustentabilidade socioambiental, de forma a estabelecer que a licitante promova ações ambientais por meio de treinamento de seus colaboradores, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, visando o cumprimento das ações estabelecidas neste Termo de Referência, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes.

4.2. Portanto, ante a não identificação de soluções alternativas, seja mesmo para fins de cotejamento com o formato da contratação atual, a proposta é de manutenção desse formato, consistente na contratação de empresa seguradora para cobertura securitária dos veículos da frota e do prédio do TCE/MS.

5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

5.1. Considerando as justificativas apresentadas, a solução mais adequada para a aquisição objeto deste ETP são os parâmetros descritos no **Cenário único**, resguardando-se os interesses técnicos e financeiros do Tribunal de Contas.

a) Os resultados a serem alcançados com a contratação de seguro veicular e predial estão relacionados ao aumento da celeridade e da eficiência na prestação dos serviços, e principalmente, a segurança dos bens e pessoas envolvidas nos deslocamentos dos veículos e proteção dos bens mobiliários e servidores pertencentes a este TCE/MS.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DOS SEGUROS

6.1. A solução para eventual contratação de seguro veicular, os quais serão utilizados na execução das as atividades laborais dos servidores e colaboradores do TCE/MS.

6.2. O seguro veicular deverá cobrir, ao menos, os seguintes eventos:

a) COLISÃO: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água doce, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;

b) INCÊNDIO: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;

c) ROUBO: roubo ou furto do veículo;

d) **DANOS MATERIAIS A TERCEIROS:** danos materiais causados a terceiros pelo veículo;

e) DANOS CORPORAIS A TERCEIROS: danos corporais causados a terceiros pelo veículo;

f) **ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIRO:** Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo.

6.3. Os valores das COBERTURAS do seguro são os seguintes:

COBERTURAS	VALOR SEGURADO (R\$)
COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO (Compreensiva)	O valor de cobertura terá como base o valor de mercado de acordo com a Tabela FIPE (a indenização será de 100% do valor da tabela FIPE relativa à região de taxação do risco e do mês em que for paga a indenização, para casos de indenização integral)
RCFV – DANOS MATERIAIS A TERCEIROS	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
RCFV – DANOS CORPORAIS A TERCEIROS	R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
APP – ACIDENTES PESSOAIS DE PASSAGEIROS – MORTE	R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ocupante do veículo
APP – INVALIDEZ PERMANENTE TOTAL OU PARCIAL POR ACIDENTE	R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ocupante do veículo

6.4. Além dos eventos principais indicados acima, o seguro deverá incluir, também:

a) **PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, SEM PAGAMENTO DE FRANQUIA**, a todos os veículos segurados, disponível no território nacional, que deverá compreender, no mínimo:

a.1) a prestação de socorro, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica, bem como na ocorrência qualquer outro eventual sinistro;

a.1.1) o reboque ou transporte do veículo segurado deverá ser prestado de forma gratuita pela seguradora, independente da distância a ser percorrida, dentro do Estado de Mato Grosso do Sul;

a.2) o transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto.

a.3) o serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;

a.4) o serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;

b) Serviço de proteção a vidros, lanternas, retrovisores e faróis, com pagamento de

franquia.

6.5. O SEGURO PREDIAL DEVERÁ COBRIR, AO MENOS, OS SEGUINTE EVENTOS:

6.5.1. LOCAL SEGURADO: Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE – MS

- 1) Área Total do terreno = 12.500 m²;
- 2) Área Total do prédio = 5.244 m²;
- 3) 4 pavimentos

6.5.2. COBERTURAS:

- a) INCENDIO, EXPLOSAO, FUMAÇA E QUEDA DE ARVORE – R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)
- b) DANOS ELETRICOS – R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- c) RESPONSABILIDADE CIVIL – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)
- d) QUEBRA DE VIDROS – R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
- e) VENDAVAL, CICLONE, FURACÃO, TORNADO E QUEDA DE GRANIZO – R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
- f) EQUIPAMENTOS ELETRICOS SEM COBERTURA DE SUBTRAÇÃO – R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)
- g) ROUBO E FURTO – R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais)

7. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

7.1. Para a presente aquisição a demanda é de:

7.1.2. GRUPO 1 - 07 (sete) veículos, sendo 04 (quatro) Camionetes Pick-Ups cabine dupla, 01 (um) veículo SUV com capacidade para 7 lugares, 01 (um) veículo SUV de 5 lugares, 01 (um) veículo tipo furgão. Para a definição dos quantitativos dos itens a serem contratados, foi levado em consideração a frota existente neste TCE/MS.

7.1.3. GRUPO 2 – Seguro para o prédio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE - MS.

7.2 PLANILHA DETALHADA DE VEÍCULOS E PRÉDIO

7.2.1. GRUPO 01

DESCRIÇÃO	TIPO DE SEGURO	CATMAT/CATSER
1. CHEVROLET S10CAB DUPLA LT 2.8 CTDI4X4 AUT. - 5 PASS,	RENOVAÇÃO/ APOLICE n° 0531 20 3407870	22764

2020/2020, DIESEL, CHASSI: 9BG148FK0LC442408		
2. FORD RANGER CAB DUPLA FX43.2 20V 4X4 AUT. - 5 PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: 8AFAR23S6PJ287313	RENOVAÇÃO/ APOLICE n° 0531 20 3407870	22764
3. FORD TRANSIT FURGAO L3H3 LONGO 2.0 TURBO - 3PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: WF0DTTV8PU005663	RENOVAÇÃO/ APOLICE n° 0531 20 3407870	22764
4. JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2FLEX AUT. - 5PASS, 2020/2020, CHASSI: 98867515WLKK06699	RENOVAÇÃO/ APOLICE n° 0531 20 3407870	22764
5. TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT.2.8 TURBO 4X4 - 5 PASS, DIESEL, 2024/2024, CHASSI: 8AJBA3FS9R0364087	RENOVAÇÃO/ APOLICE n°0531 20 3654843	22764
6. RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L0RJ395224	RENOVAÇÃO/ APOLICE n°0531 20 3673198	22764
7. RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L9RJ395223	RENOVAÇÃO/ APOLICE n°0531 20 3673198	22764

7.2.2. GRUPO 02

DESCRIÇÃO	TIPO DE SEGURO	CATMAT/CATSER
1. Seguro para o prédio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador	RENOVAÇÃO/ APOLICE n° 118 20 4021069	13943

José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE - MS.		
---	--	--

8. ESTIMATIVA DE CUSTO COM METODOLOGIA DE CÁLCULO

8.1. Durante a obtenção de cotações de preços para fins de estimativa de valores de licitações, encontra-se dificuldade, visto que a maior parte das empresas não se interessa em responder consulta de órgão público nesse sentido, provavelmente porque a elaboração de proposta requer emprego de recursos (ao menos, tempo despendido), sem que isso lhe traga qualquer perspectiva de efetivar a contratação, que dependerá do resultado do certame licitatório. Diante disso, os órgãos têm buscado formas alternativas de obtenção de preços referenciais, valendo-se de contratações realizadas por outros órgãos públicos, bancos de preços, proposta ofertadas em certames, dentre outros. Pode-se concluir que é muito improvável identificar contratação realizada por outro órgão público cujas características sejam compatíveis com as do TCE/MS, de modo a viabilizar a utilização dos preços contratados como referência para nossa contratação.

8.2. Em razão das especificidades dos objetos, a pesquisa de preço do presente processo foi realizada por meio da ferramenta “Banco de Preços” (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), conforme segue COTAÇÃO e MAPA DE PREÇOS anexo A deste ETP.

8.3. O DFD (Documento de Formalização de Demanda) de nº 129/2023 SEGURO VEICULAR, previu um valor de R\$ 20.000,00, (vinte mil reais) porém ao realizar a pesquisa de preço no ano de 2024, constatou-se um aumento no valor inicial previsto no DFD, outrossim, também houve um acréscimo na frota do TCE com a aquisição de mais 3 (três) veículos, portanto, o valor referencial da eventual contratação é de **R\$ 30.909,03 (trinta mil novecentos e nove reais e três centavos).**

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL
-----------	-------------

1. CHEVROLET NOVA S10CAB DUPLA LT 2.8 CTDI4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL, CHASSI: 9BG148FK0LC442408	R\$ 6.126,80
2. FORD NOVA RANGER CAB DUPLA FX43.2 20V 4X4 AUT. - 5 PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: 8AFAR23S6PJ287313	R\$ 3.893,22
3. FORD TRANSIT FURGAO L3H3 LONGO 2.0 TURBO - 3PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: WF0DTTVD8PU005663	R\$ 3.582,77
4. JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2FLEX AUT. - 5PASS, 2020/2020, CHASSI: 98867515WLKK06699	R\$ 4.002,87
5. TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT.2.8 TURBO 4X4 - 5 PASS, DIESEL, 2024/2024, CHASSI: 8AJBA3FS9R0364087	R\$ 5.516,93
6. RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L0RJ395224	R\$ 3.893,22
7. RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L9RJ395223	R\$ 3.893,22
VALOR TOTAL (GRUPO 01):	R\$ 30.909,03

8.4. Valor estimado da contratação de seguro predial;

DESCRIÇÃO	VALOR ANUAL
1. Seguro para o prédio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE - MS. 1) Área Total do terreno = 12.500 m²; 2) Área Total do prédio = 5.244 m²; 3) 4 pavimentos	R\$ 19.683,83

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 Em razão da natureza do objeto, a contratação deverá ser dividida em 2 GRUPOS, sendo o GRUPO 1 composto pelos veículos do TCE/MS conforme descrito no subitem 7.1.2, GRUPO 2 seguro predial conforme descrito no subitem 7.1.3 desta forma, visando aproveitar as melhores condições do mercado, com relação à ampla competição e à economia de escala, a pretendida contratação será dividida em grupos, permitindo a disputa entre empresas qualificadas nos seguimentos que compõem a solução, fazendo cumprir a regra do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea “b”, inc V, c/c § 2º do art. 40 da lei nº 14.133/21, a qual a divisão do objeto é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala, visando desta feita, maior competitividade observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Tendo em vista a extrema necessidade do uso dos veículos novos para realização das auditorias, fez-se necessário a contratação interdependente do seguro temporário, que será substituído pela conclusão deste processo.

11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações referente ao exercício de 2024, conforme documento acostado às fls. 01 a 04 do processo.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Os resultados pretendidos com a contratação de seguro predial e veicular automotores tipo pick-up e suv para o TCE/MS, a contratação na forma proposta, em contraponto a contratação individualizada, como já mencionado acima, possibilita, em tese, a obtenção de preços mais vantajosos para o TCE/MS, a partir disso, a contratação da cobertura secundaria objetiva a preservação do patrimônio público em face dos riscos cobertos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PRÉVIAMENTE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

13.1. Não se vislumbra necessidades de providências de adequações para a solução a ser contratada. (Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Para a presente contratação previu-se a possibilidade de envio de apólice de seguros em meio eletrônico, dispensando a impressão em papel.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1 A futura contratação encontra-se devidamente alinhada com o ordenador de despesas, assim de forma a evitar futuro impacto financeiro a esta corte.

15.2 A presente licitação não haverá gastos com adequação, assim sendo não ocasionando oneração além da demanda contratada.

15.3 Conforme mencionado no subitem 5.1, a forma de contratação é o melhor cenário para esta Corte de Contas.

16. SEGREGAÇÃO DAS FUNÇÕES NA ELABORAÇÃO

16.1 Em razão das especificidades do objeto, fez-se necessário estabelecer as funções de cada membro da equipe de planejamento na elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar.

16.2 Assim, toda a parte técnica correspondente ao objeto, cenários, soluções, pesquisa de preço e todas as informações que se correlacionam com a parte técnica foram desempenhadas exclusivamente pelos seguintes membros da equipe de planejamento: **Diogo Brasil Prado Martins, Fábio Augustus de Arruda Tavares e Cilei de Souza Vital** membros pertencentes à Gerência de Engenharia, Patrimônio e Serviços.

16.3 A revisão do documento quanto à existência dos itens obrigatórios, ao que diz respeito ao modo de contratação e escolha da modalidade, bem como a padronização do documento foram desempenhadas pelo seguinte membro da equipe de planejamento: **Marina Wirtti Sanches**, membro pertencente à Secretaria de Administração e Finanças.

16.4 Portanto, em observância à segregação das funções, registre-se que a viabilidade atestada observou a expertise e participação de cada membro no âmbito de sua competência e conhecimento específicos.

ANEXO – A. Cotações de Preços / Relatório do Banco de Preços.



Tribunal de Contas do MS

CNPJ: 15.424.948/0001-41

Departamento: Gerência de Engenharia, Patrimônio e Serviços

CERTIFICADO



AUTENTICIDADE

Relatório de Cotação: SEGURO VEICULAR E PREDIAL

Pesquisa realizada entre 21/05/2024 10:40:05 e 21/05/2024 12:31:33

Relatório gerado no dia 21/05/2024 12:35:26 (IP: 200.53.30.2)

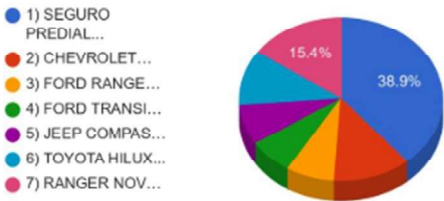
Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: ENC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Quantidade	Preço Estimado	Percentual	Preço Estimado Calculado	% Valor Global	Total
1) SEGURO PREDIAL TCE - MS	4	1 Unidade	R\$ 19.683,83 (un)	-	R\$ 19.683,83	38,9%	R\$ 19.683,83
2) CHEVROLET NOVA S10 CAB DUPLA LT 2.8 CTDI 4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL.	3	1 Unidade	R\$ 6.126,80 (un)	-	R\$ 6.126,80	12,1%	R\$ 6.126,80
3) FORD RANGER CAB DUPLA FX4 3.2 20V 4X4 AUT. 5 PASS, 2022/2023, DIESEL.	3	1 Unidade	R\$ 3.893,22 (un)	-	R\$ 3.893,22	7,7%	R\$ 3.893,22
4) FORD TRANSIT FURGÃO L3H3 LONGO 2.0 TURBO 3 PAS, 2022/2023, DIESEL	3	1 Unidade	R\$ 3.582,77 (un)	-	R\$ 3.582,77	7,1%	R\$ 3.582,77
5) JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2 FLEX, AUT, 5 PASS, 2020/2020	3	1 Unidade	R\$ 4.002,87 (un)	-	R\$ 4.002,87	7,9%	R\$ 4.002,87
6) TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT 2.8 TURBO 4WD AT 2024/2024, 0KM	3	1 Unidade	R\$ 5.516,93 (un)	-	R\$ 5.516,93	10,9%	R\$ 5.516,93
7) RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL, 4WD AT 2024/2024, 0KM	3	2 Unidades	R\$ 3.893,22 (un)	-	R\$ 3.893,22	15,4%	R\$ 7.786,44

Valor Global: R\$ 50.592,86

Valor do item em relação ao total



ANEXO – B. Mapa Comparativo de Preços



Tribunal de Contas do MS
CNPJ: 15.424.948/0001-41
Departamento: Gerência de Engenharia, Patrimônio e Serviços



Mapa Comparativo de Preços

Critérios Estatísticos Gerais							
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos						
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos						

Critérios Estatísticos por Item							
Item	Média	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Mediana	
						Unit	Total
SEGURO PREDIAL TCE - MS	19683,83	2834,08	14,40	Média	R\$ 17.125,00	R\$ 19.345,16	R\$ 19.683,83
CHEVROLET NOVA S10 CAB DUPLA LT 2.8 CTDI 4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL.	6126,80	1068,52	17,44	Média	R\$ 5.036,40	R\$ 6.172,00	R\$ 6.126,80
FORD RANGER CAB DUPLA FX4 3.2 20V 4X4 AUT. 5 PASS, 2022/2023, DIESEL.	3893,22	638,22	16,39	Média	R\$ 3.500,00	R\$ 3.550,05	R\$ 3.893,22
FORD TRANSIT FURGÃO L3H3 LONGO 2.0 TURBO 3 PAS, 2022/2023, DIESEL	3582,77	197,80	5,52	Média	R\$ 3.386,36	R\$ 3.580,00	R\$ 3.582,77
JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2 FLEX, AUT, 5 PASS, 2020/2020	4002,87	247,08	6,17	Média	R\$ 3.718,79	R\$ 4.122,00	R\$ 4.002,87
TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT 2.8 TURBO 4WD AT 2024/2024, 0KM	5516,93	854,63	15,49	Média	R\$ 4.950,79	R\$ 5.100,00	R\$ 5.516,93
RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL, 4WD AT 2024/2024, 0KM	3893,22	638,22	16,39	Média	R\$ 3.500,00	R\$ 3.550,05	R\$ 7.786,44

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	SEGURO PREDIAL TCE - MS	un	1,00	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO	ComprasNet	SOMPO SEGUROS S.A.	Grupo I – Empresa de Grande Porte	R\$ 21.195,32	R\$ 19.683,83	VÁLIDO	
				CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	ComprasNet	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 22.920,00		VÁLIDO	
				JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA/MS	ComprasNet	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 17.495,00		VÁLIDO	
				PODER JUDICIÁRIO Justiça Federal JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - BA	ComprasNet	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.	Grupo I – Empresa de Grande Porte	R\$ 17.125,00		VÁLIDO	

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
2	CHEVROLET NOVA S10 CAB DUPLA LT 2.8 CTDI 4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL.	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco	ComprasNet	SEGUROS SURA S.A.	Grupo I – Empresa de Grande Porte	R\$ 7.172,00	R\$ 6.126,80	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco	ComprasNet	SEGUROS SURA S.A.	Grupo I – Empresa de Grande Porte	R\$ 5.036,40		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco	ComprasNet	SEGUROS SURA S.A.	Grupo I – Empresa de Grande Porte	R\$ 6.172,00		VÁLIDO	

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
3	FORD RANGER CAB DUPLA FX4 3.2 20V 4X4 AUT. 5 PASS, 2022/2023, DIESEL.	un	1,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambuco	ComprasNet	SEGUROS SURA S.A.	Grupo I – Empresa de Grande Porte	R\$ 4.629,60	R\$ 3.893,22	EXCESSIVAMENTE ELEVADO	31,34% superior que a média dos demais preços obtidos
				GOVERNO DO ESTADO DO ACRE Tribunal de Justiça do Estado do acre	ComprasNet	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Demais	R\$ 3.500,00		VÁLIDO	
				CAMARA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS	Banco Nacional de Compras	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 3.550,05		VÁLIDO	
4	FORD TRANSIT FURGÃO L3H3 LONGO 2.0 TURBO 3 PAS, 2022/2023, DIESEL	un	1,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO	ComprasNet	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 3.386,36	R\$ 3.582,77	VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO	ComprasNet	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 3.580,00		VÁLIDO	
				MUNICÍPIO DE GOVERNADOR LINDENBERG/ES	Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Demais	R\$ 3.781,94		VÁLIDO	

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
5	JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2 FLEX, AUT, 5 PASS, 2020/2020	un	1,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA/MG	ComprasNet	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Demais	R\$ 3.718,79	R\$ 4.002,87	VÁLIDO	
				TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	Portal Nacional de Contratações Públicas	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 4.167,81		VÁLIDO	
				TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDONIA	Portal Nacional de Contratações Públicas	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Demais	R\$ 4.122,00		VÁLIDO	
6	TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT 2.8 TURBO 4WD AT 2024/2024, 0KM	un	1,00	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO ACRE/AC	ComprasNet	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Demais	R\$ 4.950,79	R\$ 5.516,93	VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DO ACRE Tribunal de Justica do Estado do acre	ComprasNet	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Demais	R\$ 6.500,00		VÁLIDO	
				INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARA	Portal Nacional de Contratações Públicas	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 5.100,00		VÁLIDO	

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
7	RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL, 4WD AT 2024/2024, 0KM	un	2,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria Executiva Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano	ComprasNet	SEGUROS SURA S.A.	Grupo I – Empresa de Grande Porte	R\$ 4.629,60	RS 3.893,22	EXCESSIVAMENTE ELEVADO	31,34% superior que a média dos demais preços obtidos
				GOVERNO DO ESTADO DO ACRE Tribunal de Justica do Estado do acre	ComprasNet	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	Demais	R\$ 3.500,00		VÁLIDO	
				CAMARA MUNICIPAL DE SETE QUEDAS	Banco Nacional de Compras	GENTE SEGURADORA SA	Grupo III – Empresa de Médio Porte	R\$ 3.550,05		VÁLIDO	

Resumo	
Itens	Valor
SEGURO PREDIAL TCE - MS	R\$ 19.683,83
CHEVROLET NOVA S10 CAB DUPLA LT 2.8 CTDI 4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL.	R\$ 6.126,80
FORD RANGER CAB DUPLA FX4 3.2 20V 4X4 AUT. 5 PASS, 2022/2023, DIESEL.	R\$ 3.893,22
FORD TRANSIT FURGÃO L3H3 LONGO 2.0 TURBO 3 PAS, 2022/2023, DIESEL	R\$ 3.582,77
JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2 FLEX, AUT, 5 PASS, 2020/2020	R\$ 4.002,87
TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT 2.8 TURBO 4WD AT 2024/2024, 0KM	R\$ 5.516,93
RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL, 4WD AT 2024/2024, 0KM	R\$ 7.786,44
Total Estimado	R\$ 50.592,86

ANEXO – C. Mapa de Gerenciamento de Riscos

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

OBJETO: Contratação de Seguro Predial e Veicular.

Fase de Análise: Formalização de Demanda		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
Risco: Identificar a demanda e dimensionar os quantitativos e qualitativos necessários ao atendimento pleno.		
Probabilidade	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano	Contratação e execução deficiente do objeto	
Ação Preventiva	Verificar se o objeto foi especificado adequadamente, contemplando todos os requisitos técnicos, quantidade, prazo de início e conclusão.	
Responsável	Área demandante – Gerencia de Engenharia, Patrimonio e Serviços	
Ação de contingência	Complementação de informações e eventuais correções após conferência.	
Responsável	Área demandante – Gerência de Engenharia, Patrimonio e Serviços	

Fase de Análise: Criação da Equipe de Planejamento de Contratação			
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
Risco: Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano	Descumprimento de formalidade legal		
Ação Preventiva	Adotar “checklist” dos procedimentos a serem utilizados para o planejamento da contratação.		
Responsável	Área demandante – Gerencia de Engenharia, Patrimônio e Serviço		
Ação de contingência	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento		
Responsável	Secretaria de Administração e Finanças		

Fase de Análise: Elaboração do Estudo Técnico Preliminar		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
Risco: Estudo Técnico Preliminar Deficiente.		
Probabilidade	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano	Licitação fracassada, deserta ou deficiente; gastos com o processo licitatório ineficiente.	
Ação Preventiva	Analisar minuciosamente todos os requisitos formais e materiais necessários para a elaboração válida do estudo técnico. Conferência por todos os membros responsáveis pela elaboração antes do envio do ETP para aprovação.	
Responsável	Área demandante – Gerência de Engenharia, Patrimônio e Serviços	
Ação de contingência	Revisão do Estudo. Adequação e correção de informações.	

Responsável	Equipe de planejamento.
-------------	-------------------------

Fase de Análise: Pesquisa do Preço de Referência			
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
Risco: Estudo Técnico Preliminar deficiente.			
Probabilidade	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano	No caso de preços muito aquém dos praticados no mercado, licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente; gastos com o processo licitatório ineficiente. Nos casos de preços muito além dos preços praticados no mercado, prejuízo ao erário.		
Ação Preventiva	Analisar minuciosamente todos os requisitos formais e materiais necessários para a formatação do preço referencial, em observância plena à legislação aplicável. Analisar, antes de prosseguir com o processo, a data das pesquisas de preços, bem como sua efetiva compatibilidade com os valores mercadológicos.		
Responsável	Área demandante – Gerência de Engenharia, Patrimônio e Serviços		
Ação de contingência	Conferência por todos os membros responsáveis pela elaboração, com colaboração da área demandante, e correção de eventuais irregularidades.		
Responsável	Equipe de planejamento.		

Fase de Análise: Elaboração do Termo de Referência		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
Risco: Falha na elaboração do termo de referência.		
Probabilidade	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano	Licitação fracassada, deserta ou deficiente; gastos com processo licitatório ineficiente.	
Ação Preventiva	Analisar minuciosamente todos os requisitos formais e materiais necessários para a elaboração válida do termo de referência. Conferência por todos os membros responsáveis pela elaboração antes do envio do TR para aprovação.	
Responsável	Equipe de Planejamento.	
Ação de contingência	Revisão do Termo. Adequação e correção de informações.	
Responsável	Equipe de Planejamento.	

Fase de Análise: Aprovação do Termo de Referência		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
Risco: Ausência de Aprovação do Termo de Referência.		
Probabilidade	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano	Atraso na contratação do objeto.	
Ação Preventiva	Encaminhamento para aprovação e assinatura por todos os membros da equipe de planejamento.	
Responsável	Equipe de Planejamento.	
Ação de contingência	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.	
Responsável	Equipe de Planejamento.	

Fase de Análise: Designação do Agente de Contratação/Pregoeiro		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
Risco: Ausência de Designação Formal do Agente de Contratação.		
Probabilidade	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano	Ausência de designação formal da comissão de licitação e do pregoeiro.	
Ação Preventiva	Publicação de portaria anual com as designações.	
Responsável	Presidente do TCE/MS.	
Ação de contingência	Providenciar o ato de designação da equipe de pregão e do pregoeiro.	
Responsável	Presidente do TCE/MS.	

Fase de Análise: Elaboração do Ato Convocatório		
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
() Gestão do Contrato		
Risco: Restrição da Competitividade e Impugnação do Edital.		
Probabilidade	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano	Atraso ou anulação da licitação. Custos excedentes para a Administração.	
Ação Preventiva	Submissão do processo à análise da Procuradoria Jurídica e do Controle Interno. Verificar a existência de cláusulas nulas ou restritivas.	
Responsável	Comissão de Licitação / Pregoeiro.	
Ação de contingência	Readequação do edital com a retirada de cláusulas nulas ou restritivas.	
Responsável	Pregoeiro.	

Fase de Análise: Publicação/Divulgação do Edital			
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
() Gestão do Contrato			
Risco: Ausência de Publicação do Edital.			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano	Anulação dos atos praticados.		
Ação Preventiva	Adoção de “checklist” contemplando o item “publicação/divulgação de edital”.		
Responsável	Comissão de Licitação / Pregoeiro.		
Ação de contingência	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta, salvo em caso de não ocorrer a alteração da proposta.		
Responsável	Pregoeiro.		

FASE DE ANÁLISE: CONSULTA NO CEIS, CEPIM, CNEP			
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Risco: Contratação de empresa ou pessoa física que esteja sujeita a sanções do Portal CEIS.			
Probabilidade	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano	A contratação de uma empresa ou pessoa física que esteja sujeita a sanções do Portal CEIS pode levar a uma série de problemas, incluindo:		

	<p>Inexecução do contrato: A empresa ou pessoa física pode não ser capaz de cumprir com as obrigações contratuais, o que pode levar a atrasos, custos adicionais ou mesmo ao cancelamento do contrato.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Responsabilidade civil: A administração pública pode ser responsabilizada civilmente por danos causados pela empresa ou pessoa física sancionada. • Responsabilidade administrativa: A administração pública pode ser responsabilizada administrativamente por irregularidades na contratação.
Ação Preventiva	<p>Para mitigar esse risco, deve-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realizar uma pesquisa no Portal CEIS antes de contratar uma empresa ou pessoa física. • Incluir cláusulas contratuais que prevejam a rescisão do contrato em caso de sanções do Portal CEIS. <p>Monitorar o comportamento da empresa ou pessoa física contratada para verificar se há indícios de irregularidades.</p>
Responsável	Gestor e fiscal do contrato.
Ação de contingência	Realizar os ajustes necessários e adotar medidas de ressarcimento.
Responsável	Secretaria de Administração e Finanças.

Fase de Análise: Formalização do Contrato			
<input type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor <input checked="" type="checkbox"/> Gestão do Contrato			
Risco: Não Assinatura do Contrato.			
Probabilidade	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano	Atraso na contratação dos serviços. Custos excedentes para a Administração.		
Ação Preventiva	Verificação na fase de habilitação do certame, que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.		
Responsável	Agente de Contratação.		
Ação de contingência	Reabertura do certame e retorno de fases na licitação para convocação do fornecedor classificado subsequentemente.		
Responsável	Agente de Contratação.		

Fase de Análise: Publicação do Contrato			
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
(X) Gestão do Contrato			
Risco: Falta de publicidade do ato administrativo			
Probabilidade	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano	Descumprimento de formalidade legal.		
Ação Preventiva	Adoção de “checklist” contemplando o item: publicação do contrato.		
Responsável	Secretaria de Finanças - Anexo.		
Ação de contingência	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.		
Responsável	Secretaria de Finanças - Anexo.		

Fase de Análise: Designação da Comissão de Fiscalização do Contrato
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato
Risco: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade.

Probabilidade	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato.		
Ação Preventiva	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato. Promover capacitação para fiscais/gestor do contrato.		
Responsável	Secretaria de Finanças.		
Ação de contingência	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.		
Responsável	Secretaria de Finanças.		

Fase de Análise: Execução do Contrato

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(X) Gestão do Contrato

Risco: Execução em desacordo com o contrato.

Probabilidade	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano	Prejuízo ao erário e responsabilização subsidiária do TCE/MS.		
Ação Preventiva	Notificar e solicitar a resolução imediata.		
Responsável	Fiscal e Gestor do Contrato.		
Ação de contingência	Aplicar sanções previstas no contrato.		
Responsável	Secretaria de Finanças.		

Fase de análise: Alterações do Contrato

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(X) Gestão do Contrato

Risco: Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.

Probabilidade	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano	Prejuízo ao erário.		
Ação Preventiva	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como: sistemas, planilhas etc.		
Responsável	Gestor do contrato.		
Ação de contingência	Realizar os ajustes necessários e adotar medidas de ressarcimento.		
Responsável	Secretaria de Finanças.		

Fase de Análise: Pagamento do Objeto.

() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(X) Gestão do Contrato

Risco: Não retenção dos valores dos impostos.

Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano	Responsabilização subsidiária e substituição tributária.		
Ação Preventiva	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário.		
Responsável	Secretaria de Finanças - Anexo.		

Ação de contingência	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.
Responsável	Secretaria de Finanças - Anexo.

Fase de Análise: Sanções			
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
(X) Gestão do Contrato			
Risco: Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditória e ampla defesa.			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.		
Ação Preventiva	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.		
Responsável	Secretaria de Finanças.		
Ação de contingência	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.		
Responsável	Secretaria de Finanças.		

Fase de Análise: Encerramento do Contrato			
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
(X) Gestão do Contrato			
Risco: Não observar se os requisitos do contrato foram plenamente atendidos.			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano	Prejuízo ao erário.		
Ação Preventiva	Verificar a existência de débitos referente ao contrato.		
Responsável	Secretaria de Finanças - Anexo.		
Ação de contingência	Notificar a contratada para regularizar as pendências, reter valores até o limite do ressarcimento.		
Responsável	Secretaria de Finanças.		

Responsáveis
<ul style="list-style-type: none"> • Diogo Brasil Prado Martins – Gerencia de Engenharia, Patrimônio e Serviços. • Fabio Augustus de Arruda Tavares - Gerencia de Engenharia, Patrimônio e Serviços. • Cilei de Souza Vital - Gerencia de Engenharia, Patrimônio e Serviços. • Marina Wirtti Sanches – Gerência de Licitações e Contratos.

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://df.tce.ms.gov.br/docflow/digitalSignChecker.jsf> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: JX5Z-KHDI-LCK9-EM33



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 31/07/2024 é(são) :

- CILEI DE SOUZA VITAL - 25/07/2024 07:35:29 (Certificado Digital)
- DIOGO BRASIL PRADO MARTINS - 25/07/2024 07:30:23 (Certificado Digital)
- FABIO AUGUSTUS DE ARRUDA TAVARES - 25/07/2024 08:07:00 (Certificado Digital)
- MARINA WIRTTI SANCHES - 25/07/2024 08:50:58 (Certificado Digital)



TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 06/2024
PROCESSO TC-CP/0595/2024

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA
PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO
FACULTATIVO PARA A PRÉDIO E OS
VEÍCULOS DE FROTA DO TCE-MS, QUE
FIRMAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E
.....

TERMO DE CONTRATO

O Tribunal de Contas do Estado e Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Des. José Nunes da Cunha Bloco 29 - Parque dos Poderes – CEP 79.031-902, Campo Grande/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o 15.424.948/0001-41, neste ato representado(a) pelo(a) seu Presidente Conselheiro Jerson Domingos, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no PROCESSO TC-CP/0595/2024, mediante ato autorizativo da contratação constante às fls. xxx, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 06/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para Contratação de Seguro Facultativo para o prédio e os veículos da frota do

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Grupo 01: SEGURO VEICULAR						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	TIPO DE SEGURO	QTD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CHEVROLET NOVA S10CAB DUPLA LT 2.8 CTDI4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL, CHASSI: 9BG148FK0LC442408	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$	R\$
2	FORD NOVA RANGER CAB DUPLA FX43.2 20V 4X4 AUT. - 5 PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: 8AFAR23S6PJ287313	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$	R\$
3	FORD TRANSIT FURGAO L3H3 LONGO 2.0 TURBO - 3PASS,2022/2023, DIESEL, CHASSI:WF0DTTV8PU005663	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$	R\$
4	JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2FLEX AUT. - 5PASS,2020/2020, CHASSI:98867515WLKK06699	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	1	R\$	R\$
5	TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT.2.8 TURBO 4X4 - 5 PASS, DIESEL, 2024/2024, CHASSI: 8AJBA3FS9R0364087	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº0531 20 3654843	1	R\$	R\$
6	RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L0RJ395224	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3673198	1	R\$	R\$
7	RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L9RJ395223	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3673198	1	R\$	R\$
Valor Total do Grupo 1					R\$	

Grupo 02: SEGURO PREDIAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	TIPO DE SEGURO	QTD E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Seguro para o prédio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE - MS. 1) Área Total do terreno = 12.500 m²; 2) Área Total do prédio = 5.244 m²; 3) 4 pavimentos	13943	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 118 20 4021069	01	R\$	R\$
Valor Total do Grupo 2					R\$	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, exceto se a subcontratação estiver vinculada à prestação de serviços acessórios.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO:

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO:

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE:

7.1. GRUPO 1 – Somente poderá ser solicitado o reajuste após transcorrido 12 meses da contratação tendo como regra para referência de cálculo a TABELA FIPE de cada veículo referente ao mês da solicitação.

7.2. GRUPO 2 – Somente poderá ser solicitado o reajuste após transcorrido 12 meses da contratação tendo como regra para referência de cálculo o IPCA

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

VI - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

VII - Cientificar o órgão de assessoramento jurídico do TCE/MS para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

VIII - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

VIII.1 - A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

IX - Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

X - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I - Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

II - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

III - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

V - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VI - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida

Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

VIII - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

IX - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

X - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XII - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

XIII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

XIV - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XV - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o

previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

XVI - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

PARÁGRAFO ÚNICO: O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços e/ou o objeto da contratação, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.2. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual, observada a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (role based access control) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

10.3. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL está exposto.

PARÁGRAFO ÚNICO: A critério do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

10.4. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses

dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA deverá apresentar ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

10.5. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estiver disponível em caráter permanente para exibição ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, mediante solicitação.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

10.6. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do

instrumento contratual.

10.7. A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua correção, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

10.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais. PARÁGRAFO ÚNICO: A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

10.9. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.10. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE

MATO GROSSO DO SUL para as finalidades pretendidas neste contrato.

10.11. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

PARÁGRAFO ÚNICO: Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

10.12. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.13. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.14. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.15. O Contratado deverá prestar no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.16. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.17. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2. A garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência é independente da garantia de execução, quando exigível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se

justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV) Multa:

1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias úteis;
2. moratória de 0,5% (meio por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 10 (dez) dias úteis, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigível.

a) O atraso superior a 10 (dez) dias úteis autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10%(dez por cento) do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5%(cinco por cento) do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021), quando exigível.

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TCE/MS deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	3101
Funcional Programática	10.03101.01.032.0002.2011.0001
Fonte de recursos	1500
Natureza de Despesa	3.3.9.0.39.82
Descrição da Despesa	Seguro de Bens Móveis
Natureza de Despesa	3.3.9.0.39.86
Descrição da Despesa	Seguro de Bens Imóveis

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS:

15.1. A legislação aplicável ao presente contrato encontra-se disciplinada na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, incluindo as instruções normativas do Governo Federal, e os casos omissos serão decididos pelo contratante subsidiariamente com base nas disposições contidas na Lei 8.078/1990 e normas e princípios gerais dos contratos

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES:

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei

14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO:

18.1. Fica eleito o Foro de Campo Grande - MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024
PROCESSO TC-CP/0595/2024

ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇO
(APRESENTAR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

MODELO SUGESTIVO

Identificação da Empresa:
Razão Social:
Endereço:
CNPJ:
Banco:
Agência (nome e endereço – 5 dígitos):
Conta-Corrente:
CNPJ:
Endereço:
E-mail:
Responsável:
Fone:
Banco:
Agência (nome e endereço – 5 dígitos):

Grupo 01: SEGURO VEICULAR						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	TIPO DE SEGURO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CHEVROLET NOVA S10CAB DUPLA LT 2.8 CTDI4X4 AUT. - 5 PASS, 2020/2020, DIESEL, CHASSI: 9BG148FK0LC442408	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$	R\$
2	FORD NOVA RANGER CAB DUPLA FX43.2 20V 4X4 AUT. - 5 PASS, 2022/2023, DIESEL, CHASSI: 8AFAR23S6PJ287313	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$	R\$
3	FORD TRANSIT FURGAO L3H3 LONGO 2.0 TURBO - 3PASS,2022/2023, DIESEL, CHASSI:WF0DTTVD8PU00566 3	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	01	R\$	R\$
4	JEEP COMPASS SPORT 2.0 16V 4X2FLEX AUT. - 5PASS,2020/2020, CHASSI:98867515WLKK06699	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3407870	1	R\$	R\$
5	TOYOTA HILUX SW4 SRX-AT PLAT.2.8 TURBO 4X4 - 5 PASS, DIESEL, 2024/2024, CHASSI: 8AJBA3FS9R0364087	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3654843	1	R\$	R\$
6	RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT 2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L0RJ395224	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 0531 20 3673198	1	R\$	R\$
7	RANGER NOVA GERAÇÃO XLS 3.0 V6 DIESEL 4WD AT	22764	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº	1	R\$	R\$



	2024/2024, 0KM, CHASSI: 8AFBR01L9RJ395223		0531 20 3673198			
Valor total do Grupo 01					R\$	

Grupo 02: SEGURO PREDIAL						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/ CATSER	TIPO DE SEGURO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	Seguro para o prédio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Av. Desembargador José Nunes da Cunha, S/N – BL 29 – PARQUE DOS PODERES – CAMPO GRANDE - MS. 1) Área Total do terreno = 12.500 m²; 2) Área Total do prédio = 5.244 m²; 3) 4 pavimentos	13943	RENOVAÇÃO/ APOLICE nº 118 20 4021069	01	R\$	R\$
Valor Total do Grupo 2					R\$	

OBJETO: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por Pregão Eletrônico, de Seguro Facultativo para o prédio e os veículos da frota do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos da tabela acima, a fim atender a necessidade do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

TIPO: Menor Preço por Grupo.



TOTAL GERAL, já incluídos todos os tributos e encargos sociais: R\$ xxxx (valor por extenso).

(...) **DECLARO**, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico, instaurado pelo Processo nº TC-CP/0595/2024, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

LOCAL E DATA

Assinatura do Representante Legal da Empresa
Carimbo da empresa

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://df.tce.ms.gov.br/docflow/digitalSignChecker.jsf> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: NNBQ-1NTX-DM64-RWNY



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/08/2024 é(são) :

- EBER LIMA RIBEIRO - 14/08/2024 12:36:00 (Certificado Digital)